

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0801052-42.2023.8.10.0000 Pacientes: ADERSON
MACHADO e REGINALDO JESUS DA COSTA MACHADO Impetrante: FABIO MARCELO
MARITAN ABBONDANZA (OAB/MA Nº 7.630) Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE CANTANHEDE/MA Relator: DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO
DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA
DE OFÍCIO. NÃO OCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO
IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. SEM RELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO
ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I. Inexiste atuação ex
officio quando o magistrado, mediante seu livre convencimento motivado,
fixa medida de natureza cautelar diferente da sugerida pelo Delegado de
Polícia ou pelo Parquet, uma vez que o juízo não está vinculado aos exatos
termos dos pedidos das referidas autoridades, bastando que a decisão seja
precedida da necessária e prévia provocação, o que ocorreu na hipótese.
II. Inviável a revogação da prisão preventiva, por suposta ausência dos
requisitos legais, quando o decreto segregatório se encontra lastreado em
particularidades do caso concreto e devidamente assentado no art. 312 do
Código de Processo Penal. III. No caso em exame, a prisão preventiva foi
imposta em decorrência da existência de prova da materialidade, indícios
de autoria do delito e perigo gerado pelo estado de liberdade dos
pacientes. Destacou-se, na origem, a necessidade de salvaguardar a ordem
pública, em razão da gravidade concreta da conduta, a saber, tentativa de
homicídio em face do Delegado de Polícia de Cantanhede. IV. Acresça-se a
essa circunstância que o suposto crime teria sido cometido enquanto a
Autoridade Policial realizava diligências no bojo de uma investigação
sobre organização criminoso que estaria distribuindo e alugando armamento
para prática de crimes na região, indicando a participação do paciente no
referido grupo criminoso. V. Consoante entendimento dos Tribunais
Superiores, a fuga do acusado do distrito da culpa constitui circunstância
suficiente a embasar a decretação do ergástulo provisório como forma de
garantir a aplicação da lei penal. VI. O relato de predicados favoráveis,
tais como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, por si só, não
tem o condão de desconstituir a custódia antecipada, na hipótese em que
presentes os pressupostos autorizadores do encarceramento. Precedentes
VII. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO
Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim
0801052-42.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS
SANTOS JUNIOR, PRESIDÊNCIA, DJe 27/02/2023)